



Quadros de consulta a múltiplos actores para a inclusão da agroecologia nas políticas públicas

Introdução

Os quadros nacionais de consulta multilateral para a agroecologia (CCN) foram criados por iniciativa dos correspondentes nacionais (CN) do programa de agroecologia da CEDEAO na África Ocidental (PAE). Espera-se que desempenhem um papel fundamental na facilitação dos intercâmbios entre as partes interessadas na agro-ecologia a nível nacional e na formulação de propostas de políticas públicas. Além disso, a Aliança para a Agroecologia na África Ocidental (3AO) desempenha um papel central na coordenação e cooperação das partes interessadas na agroecologia a nível regional. Presidida pela ROPPA, tem recebido apoio do PAE para organizar intercâmbios regionais, consultas, mobilização e defesa em prol da agroecologia e da agricultura sustentável.

Esta nota é uma das sete notas temáticas resultantes da capitalização do programa de agroecologia da CEDEAO na África Ocidental (PAE). Na primeira parte, apresenta um resumo da criação dos CNE, as lições que deles se podem tirar e recomendações para os reforçar, melhorar a sua eficácia em termos de advocacia e garantir a sua sustentabilidade. Na segunda parte, a nota apresenta um resumo das actividades e do funcionamento da Aliança 3AO, as lições aprendidas relativamente ao seu papel no desenvolvimento de políticas públicas e recomendações para a CEDEAO com vista ao seu reforço.

A análise baseia-se numa revisão de vários trabalhos relacionados com o PAE e a Aliança 3AO, em entrevistas com os principais actores da agroecologia a nível regional, em estudos de caso realizados em seis países da região (Benim, Côte d'Ivoire, Gana, Nigéria, Senegal e Togo) e nas conclusões de um seminário regional para discutir os resultados provisórios.



Criação de quadros nacionais de consulta a múltiplos actores (CCN)

Relativamente aos seis países visitados no âmbito do estudo, é possível fazer uma avaliação bastante pormenorizada da criação e do funcionamento dos quadros nacionais de consulta multilateral criados com o apoio do PAE. A análise apresentada a seguir centra-se principalmente nestes seis países, embora também tenham sido tidas em conta as informações fornecidas sobre os outros países pelo PAE e pelos relatórios dos correspondentes nacionais, bem como por entrevistas gerais.

Resumo das experiências

A análise das experiências de criação dos CNCC revela certas características que podem ser classificadas de acordo com os principais critérios a seguir indicados.

CONTEXTO DE CRIAÇÃO

A criação de quadros nacionais de consulta multilateral para a agro-ecologia ocorre numa variedade de contextos, dependendo do país, em termos de:

 **A POSIÇÃO PRÉ-EXISTENTE DA AGROECOLOGIA NAS POLÍTICAS AGRÍCOLAS.** No início dos anos 2000, era muito fraca ou mesmo marginal, embora certas abordagens (agricultura sustentável, agricultura inteligente face ao clima, etc.) e certas questões (desflorestação, vulnerabilidade às alterações climáticas) tenham começado a figurar nas políticas agrícolas nos últimos vinte anos. A agroecologia é frequentemente integrada através de projectos específicos, sem estar no centro das estratégias e regulamentações. No entanto, há países onde a agricultura biológica e a agroecologia começaram a ser tidas em conta como tal nas políticas.

 **A ORGANIZAÇÃO DOS ACTORES DA AGRO-ECOLOGIA.** Em alguns países, os actores estão organizados em plataformas e federações específicas da agroecologia ou da agricultura biológica, activas há vários anos, enquanto noutros não existe qualquer estrutura nacional que represente os actores da agroecologia.

 **A EXISTÊNCIA OU NÃO DE MECANISMOS DE CONCERTAÇÃO ENTRE O ESTADO E OS ACTORES DA AGRO-ECOLOGIA.** Com excepção do Senegal, com a Plataforma Nacional para a Agricultura Ecológica e Biológica (PNAEB), ativa há vários anos, não existem tais mecanismos de concertação.

ESTADO DE CRIAÇÃO DAS CCN

No conjunto da sub-região da África Ocidental, foram criados nove quadros de concertação até ao final de 2024, ou seja, em todos os países, exceto na Guiné-Bissau, Libéria, Mali e Níger, e os documentos (carta de funcionamento e plano de ação) ainda não tinham sido validados em Cabo Verde e no Togo.

Para além destas fases iniciais, o CCN está a implementar actividades em alguns países, enquanto que noutros não está muito ativo.

REPRESENTATIVIDADE

Regra geral, o CCN parece ser bastante representativo e inclui as principais partes interessadas na agro-ecologia, quer se trate de ministérios, instituições de investigação e de formação e aconselhamento agrícola, organizações profissionais de agricultores, ONG e outras partes interessadas da sociedade civil e, quando existem, plataformas de partes interessadas na agro-ecologia. Em alguns casos, o CCN inclui também agentes económicos de outros sectores que não os produtores, ou parceiros técnicos e financeiros. No entanto, nalguns países, as partes interessadas importantes não parecem estar representadas nesta fase.

No que diz respeito aos ministérios e às instituições públicas, o CCN poderia constituir um quadro para o diálogo intersectorial, na medida em que vários ministérios estão nele representados (nomeadamente os Ministérios da Agricultura e do Ambiente). Parece, no entanto, que este fórum, onde as discussões têm lugar à vista de todas as partes interessadas, não é o local ideal para esse diálogo intersectorial.

LIENS COM OUTROS QUADROS E PLATAFORMAS REPRESENTATIVAS DOS ACTORES DA AGRO-ECOLOGIA.

Nos países onde existem federações ou plataformas de actores da agro-ecologia, estes são membros do CCN, sem risco aparente de duplicação ou de concorrência, uma vez que o CCN tem a particularidade de incluir as autoridades públicas, ao contrário das federações e plataformas. No entanto, quando as federações ou plataformas de partes interessadas desempenham um papel importante, pode haver um risco de duplicação ou de concorrência *de facto*, nomeadamente no acesso ao financiamento ou em termos de mobilização das partes interessadas, (como no Togo e no Senegal).



GOVERNAÇÃO

Regra geral, a governação das CCN é formalizada em torno de dois órgãos principais (que podem ter designações diferentes nos vários países): a assembleia de membros e o comité de direcção ou de gestão. No entanto, existem diferenças reais na forma como esta governação funciona e nos papéis respectivos do Ministério da Agricultura e dos outros membros.

Em alguns países, o Ministério da Agricultura parece ser o principal órgão de direcção. Noutros, o órgão de direcção está operacional e a governação multilateral é eficaz. No Senegal, a Direcção de Protecção das Plantas do Ministério da Agricultura detém a presidência, enquanto o secretariado geral é assegurado por uma organização de agricultores, a CNCR. O grau de envolvimento de outros ministérios, para além do Ministério da Agricultura, parece variar de país para país. No caso da Nigéria, o Ministério do Ambiente está no centro do sistema desde o início, uma vez que detém a vice-presidência, enquanto o Ministério da Agricultura detém a presidência. Nalguns países, está prevista a criação de quadros de consulta de múltiplos intervenientes a nível sub-regional.

FUNCIONAMENTO E TOMADA DE DECISÕES

Regra geral, a carta de funcionamento do CCN prevê que as decisões sejam tomadas por consenso, com uma maioria simples em caso de desacordo. No entanto, parece que esta questão nem sempre foi abordada e decidida em certos países, o que pode levar à contestação de decisões unilaterais nesses países.

ACTIVIDADES DE POLÍTICA PÚBLICA

O CCN é geralmente concebido como um quadro de intercâmbio, formação e coordenação de actores, mas também de diálogo político com vista a contribuir para políticas públicas a favor da agroecologia. Entre as actividades relacionadas com as políticas públicas, vários CCN organizaram consultas e workshops nacionais sobre políticas públicas e agroecologia.

Em alguns países, o CCN também planeou trabalhar no desenvolvimento de uma estratégia nacional de desenvolvimento da agroecologia ou de diretrizes/guia estratégico para facilitar a integração da agroecologia na política agrícola. Noutros países, este tipo de atividade não parece ter tido lugar por enquanto.

Efeitos e impactos

Ainda é cedo para avaliar todos os efeitos e impactos da introdução dos CNE, mas dois tipos de efeitos parecem ser evidentes em certos países.



ORGANIZAÇÃO DOS ACTORES DA AGRO-ECOLOGIA E DIÁLOGO POLÍTICO. Em alguns países onde as partes interessadas não tinham o hábito de se reunirem regularmente (entre as partes interessadas na agroecologia, por um lado, e entre as partes interessadas na agroecologia e as autoridades públicas, por outro), pode observar-se um primeiro efeito em termos da organização das partes interessadas na agroecologia e do diálogo político.



O COMPROMISSO POLÍTICO COM A AGROECOLOGIA. A ação do CCN parece ter contribuído para reforçar a consciência agro-ecológica nas estratégias e políticas nacionais. Por exemplo, contribuiu para integrar a pecuária no debate nacional sobre a agro-ecologia. No mesmo país, a experiência do PNAEB levou ao lançamento de um processo para desenvolver uma estratégia nacional sobre agroecologia. Foi também decidido criar um subsídio para insumos orgânicos (10%) e para aflase. Em vários outros países, não parece haver, nesta fase, um impacto real nas políticas públicas aplicadas. Além disso, embora o PAE pareça ser uma fonte essencial de financiamento para as CCN, alguns governos estão a fornecer financiamento adicional a partir dos seus próprios recursos ou através da mobilização de projectos financiados pela cooperação internacional (como na Côte d'Ivoire e na Nigéria).

Sustentabilidade do CCN

A questão da sustentabilidade do CCN para além do financiamento do PAE é uma questão fundamental na maioria dos países. Deste ponto de vista, a questão do financiamento é importante, e vários factores parecem ser decisivos:

- ▶ a continuação do financiamento da CEDEAO após o fim do PAE;
- ▶ a institucionalização da CCN e a sua inclusão numa estratégia nacional de desenvolvimento agro-ecológico, permitindo-lhe receber fundos do orçamento nacional. Isto levanta a questão da vontade política do Estado;
- ▶ contribuições internas, como acontece atualmente no Senegal, o que implica uma formalização jurídica da estrutura e a vontade política dos membros;
- ▶ a definição e a aplicação de uma estratégia de financiamento a longo prazo. A disponibilização de financiamentos regulares por parte dos poderes públicos e dos próprios membros pode ser um trunfo na procura de financiamentos adicionais.

Para além da questão financeira, a sustentabilidade do CCN, mas sobretudo a sustentabilidade das suas acções, depende também em grande medida da vontade das autoridades públicas e dos seus membros.

Lições aprendidas

Num contexto em que, regra geral, a agroecologia não está no centro das políticas agrícolas, ainda que se observem mudanças desde há vários anos em certos países, **a criação de quadros de concertação multilateral para a agroecologia contribui para um maior envolvimento dos poderes públicos no desenvolvimento da agroecologia.** Nos casos em que esses fóruns não existem, constituem também uma oportunidade para os intervenientes da agroecologia se encontrarem e desenvolverem uma identidade colectiva. Por último, a criação de um CCN sob a égide do Ministério da Agricultura permite iniciar um diálogo político sobre a agroecologia entre os diferentes actores e os poderes públicos. Potencialmente, o CCN poderia também ser um fórum de diálogo intersectorial sobre a agroecologia. A dimensão multi-setorial e trans-setorial poderia contribuir para a legitimidade e o reconhecimento deste quadro.

No entanto, com exceção do Senegal, só recentemente foram criados CCN para avaliar os seus efeitos, impactos e sustentabilidade. No entanto, podem já ser identificadas algumas dificuldades, que resultam frequentemente num nível de atividade relativamente baixo. Este facto levanta questões sobre a sustentabilidade dos quadros de consulta.

PARTICIPAÇÃO DOS MEMBROS

Em alguns países, a participação dos membros parece ser relativamente moderada. Tal pode dever-se à falta de recursos humanos, à falta de convicção de que este tipo de quadro reflecte a existência de uma vontade política genuína de promover a agroecologia, à concorrência de facto com outras plataformas ou dinâmicas, à governação em que os membros não estão suficientemente envolvidos, à falta de uma visão partilhada da agroecologia, à necessidade de reforçar as capacidades dos membros em termos de participação no desenvolvimento de políticas públicas e de advocacia. Além disso, quando a questão financeira limita as actividades do CCN, isso também tem um impacto na mobilização dos membros.

FINANCIAMENTO

O financiamento é um fator limitativo no desenvolvimento das actividades. O financiamento do PAE é necessariamente limitado e muitas vezes não existe financiamento adicional (orçamento do Estado, agências de cooperação, quotizações dos membros). A questão do financiamento está em parte ligada ao compromisso futuro da CEDEAO, à existência de um

compromisso público a longo prazo (inclusão no orçamento do Estado), à possibilidade (reconhecimento jurídico) e à vontade de efetuar contribuições internas e de aplicar uma estratégia de financiamento complementar.

VONTADE POLÍTICA

Quando a política agrícola está fundamentalmente centrada na promoção de soluções decorrentes da revolução verde e as acções a favor da agricultura sustentável ou da agroecologia parecem marginais, há dúvidas quanto à vontade política do Estado para além das acções permitidas pelo financiamento do PAE, o que pode abrandar o empenho de certos actores. Por outro lado, a existência da CCN pode ser uma verdadeira oportunidade para mudar a visão dos decisores e das políticas públicas a favor da agroecologia. A questão é, no entanto, saber se a existência do CCN será suficiente para fazer com que as políticas agrícolas se afastem do modelo dominante em direcção à agroecologia. Coloca-se a questão da coerência das diferentes políticas, uma vez que o apoio à agroecologia pode ser muito reduzido em termos de recursos em comparação com os recursos disponibilizados para promover um modelo baseado na revolução verde (ou mesmo na desflorestação), como é o caso em muitos países da região. As mudanças políticas, por sua vez, geram incertezas e, por vezes, alterações no compromisso do Estado com a agroecologia.

A vontade política também influencia a conceção do CCN: trata-se apenas de um instrumento de transmissão para a sensibilização, a formação dos actores e a aplicação das orientações governamentais, ou de um verdadeiro fórum de diálogo político para co-desenvolver as políticas públicas e facilitar a responsabilização dos próprios actores, nomeadamente das organizações profissionais agrícolas, na aplicação das orientações políticas? Estes pontos de vista têm implicações para a governação do CCN. Deste ponto de vista, se a ligação do CCN ao Ministério da Agricultura pode gerar um certo grau de confiança no compromisso a longo prazo do Estado, pode também constituir uma limitação a uma governação mais partilhada.

Recomendações de políticas públicas



› Realização da 1ª sessão da CCN no Benim.

A continuidade, a consolidação e o crescimento dos quadros nacionais de consulta multiparticipada podem ser um trunfo importante para a transição agro-ecológica nos diferentes países da região, na medida em que as suas actividades podem contribuir para reforçar os próprios actores, as suas actividades e a sua cooperação, e para impulsionar políticas públicas a favor da agro-ecologia tão pertinentes e eficazes quanto possível. Para o efeito, podem ser feitas várias recomendações.

CRIAR MECANISMOS DE FINANCIAMENTO SUSTENTÁVEIS PARA OS CCN, que lhes permitam desempenhar um papel

eficaz em termos de capitalização da experiência, de consulta das partes interessadas, de diálogo político, de participação na elaboração e no acompanhamento das políticas públicas, de formação, de estabelecimento de parcerias para o desenvolvimento da agro-ecologia, através de recursos orçamentais estáveis e da aplicação de estratégias de procura de financiamentos suplementares (agências de cooperação, fiscalidade que permita a participação de certos sectores, quotizações dos membros, fundos de reserva alimentados pelos membros para atenuar as carências de financiamento, etc.).

ATRIBUIR UM ESTATUTO JURÍDICO À CCN ou dar-lhe um lugar formal na estratégia nacional de desenvolvimento agro-ecológico.

INCENTIVAR A IMPLEMENTAÇÃO DA CCN nos quadros de consulta a nível subnacional (regiões, estados).

ASSEGURAR UM EQUILÍBRIO ENTRE AS FAMÍLIAS DE PARTES INTERESSADAS NA COMPOSIÇÃO DOS CCN.

ORGANIZAR, SEMPRE QUE NECESSÁRIO, UM DEBATE SOBRE AS DIFERENTES VISÕES DA AGROECOLOGIA e sensibilizar as partes interessadas para a visão sistémica da agroecologia e para os princípios definidos na FAO.

ESTABELECEER, SE NECESSÁRIO, UM MODO DE GOVERNAÇÃO CLARO QUE PERMITA A PARTICIPAÇÃO EFECTIVA DOS MEMBROS, incluindo os intervenientes do sector público e não estatais, neste caso as organizações profissionais agrícolas.

REFORÇAR A CAPACIDADE DAS PARTES INTERESSADAS PARA CONTRIBUÍREM PARA A FORMULAÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS, ACOMPANHAREM ESSAS POLÍTICAS E DEFENDEREM OS SEUS INTERESSES.

ASSEGURAR QUE OS JOVENS E AS MULHERES SEJAM TIDOS EM CONTA NAS DIFERENTES ACÇÕES.

PROMOVER OS INTERCÂMBIOS ENTRE OS MEMBROS DO SCC DOS DIFERENTES PAÍSES DA REGIÃO.

No que diz respeito à CEDEAO, a continuação do seu apoio financeiro e técnico no final do PAE parece oportuna, não só devido ao interesse dos CCN, mas também devido às incertezas ligadas à sua sustentabilidade em certos países. O princípio do cofinanciamento pela CEDEAO poderia incentivar os Estados e os membros dos CCN a melhorar a sua autonomia financeira a médio prazo. É importante que o financiamento seja pago de acordo com o calendário previsto, de modo a não afetar a dinâmica atual. A nível técnico, a CEDEAO poderia, em colaboração com o 3AO, desempenhar um papel na partilha de experiências entre os vários CCN da região sobre os progressos e as dificuldades. Isto permitiria aos outros países beneficiar da experiência dos países mais avançados em termos de funcionamento dos CNE e estimular a participação dos membros. A realização de uma primeira reunião regional sobre o assunto, que incluísse representantes das diferentes famílias de actores dos CCN, poderia contribuir para iniciar uma dinâmica deste tipo. Poderiam igualmente ser previstos métodos complementares de intercâmbio à distância. A CEDEAO poderia igualmente contribuir para reforçar o empenhamento dos diferentes Estados e facilitar os intercâmbios sobre este tema a nível ministerial.



› Reunião de Abuja sobre agroecologia (outubro de 2024).

A Aliança Regional 3AO

Actividades e funcionamento

A Aliança para a Agroecologia na África Ocidental (3AO) é uma plataforma de coordenação e de transmissão de informações composta por organizações de agricultores, institutos/universidades de investigação, ONG internacionais e movimentos sociais. O seu objetivo é promover e apoiar uma transição agro-ecológica na África Ocidental. Através de uma série de acções, a 3AO visa reforçar as sinergias entre diferentes organizações e escalas de ação para melhorar a advocacia, a visibilidade do movimento e o impacto das iniciativas agro-ecológicas. As actividades da Aliança baseiam-se num plano de ação evolutivo e num espaço de colaboração em linha (ver abaixo).

Aquando da criação da Aliança 3AO, previa-se que cada iniciativa constante do seu plano de ação fosse conduzida por uma organização “responsável”, que beneficiaria do apoio financeiro, dos conhecimentos e da experiência das organizações do “grupo de apoio” da iniciativa. Os resultados das iniciativas serão partilhados com todas as partes interessadas da aliança, podendo depois ser transmitidos a grupos terceiros.

O comité de direção da 3AO coordena e acompanha as iniciativas. Inclui representantes da ROPPA, IPES-Food, AFSA, Enda Pronat, CIRAD e Action Contre la Faim. O secretariado da Aliança é assegurado pela ROPPA.

A Aliança 3AO está envolvida na implementação do PAE, principalmente através de:

- › formação de jovens em agro-ecologia ;
- › criação da plataforma Hub 3AO com o CIRAD, no âmbito do PAE e do programa Fair Sahel. Trata-se de um espaço de colaboração para reunir os actores, partilhar conhecimentos e soluções e fornecer apoio metodológico para a expansão da agroecologia na África Ocidental. Inclui um mapa dos membros do 3AO e de outros actores-chave da agroecologia, bem como uma base de dados de conhecimentos sobre a agroecologia;
- › a organização de um seminário em 2021 sobre a formação dos produtores;
- › a organização de dois fóruns regionais sobre a agroecologia, em dezembro de 2022 em Bissau e em outubro de 2024 em Abuja, em colaboração com a rede Wafronet. Contribuiu para a formulação de recomendações para a promoção da



- agroecologia na África Ocidental, dirigidas a organizações internacionais e regionais (CEDEAO), governos, organizações de agricultores e autoridades locais;
- › apoio a iniciativas de sensibilização a nível regional, no Burkina Faso e no Senegal.

Lições aprendidas

A nível regional, a Aliança 3AO é um ator-chave na estruturação dos actores envolvidos na agroecologia. As recomendações apresentadas no final dos fóruns regionais permitem perspetivar um conjunto estruturado de intervenções públicas regionais, nacionais e locais a favor da agroecologia. Foram igualmente apresentadas propostas específicas no âmbito da ação de sensibilização levada a cabo no Senegal e no Burkina Faso. A plataforma do Pólo 3AO já contém um certo número de recursos relativos aos quais os actores da região podem recorrer para formular políticas públicas, incluindo sobre temas específicos. Seria útil que estes recursos fossem completados com outras experiências, tomadas de posição e propostas sobre aspectos específicos. A ligação com a Wafronet parece coerente na medida em que a agricultura biológica pode ser considerada como uma abordagem específica da agroecologia, os problemas encontrados no desenvolvimento da agroecologia e da agricultura biológica são muitas vezes semelhantes e há todo o interesse em conceber políticas públicas que integrem ambas.

As dificuldades na implementação das actividades parecem estar relacionadas com os seguintes pontos:

- › **Coordenação, nomeadamente das iniciativas temáticas:** as organizações “responsáveis” pelas iniciativas nem sempre parecem poder envolver-se suficientemente, devido à falta de ferramentas informáticas que permitam uma coordenação temática eficaz e à falta de outros recursos a nível do 3AO para apoiar a coordenação. O lançamento da plataforma “3AO Hub” deverá contribuir para a coordenação global. É igualmente importante que a coordenação temática se inscreva num calendário pontuado por prazos que permitam às partes interessadas reunir-se, fazer um balanço e partilhar mais amplamente as suas reflexões e propostas. Deste ponto de vista, a organização regular de fóruns regionais para promover este trabalho poderia constituir um trunfo precioso.
- › **Sustentabilidade,** na medida em que a ação depende de um financiamento externo limitado no tempo. Poderiam ser previstos mecanismos de financiamento mais sustentáveis.
- › **A ligação entre as dinâmicas regionais e nacionais.** Esta parece variar de um país para outro, o que levanta a questão dos recursos e da liderança. A Aliança 3AO poderia contribuir para tornar os quadros nacionais de concertação mais operacionais e sustentáveis, organizando, em conjunto com a CEDEAO, a partilha de experiências sobre esta matéria entre os diferentes países.

Recomendações sobre as políticas públicas



CONTRIBUIR PARA A CRIAÇÃO DE MECANISMOS DE FINANCIAMENTO MAIS SUSTENTÁVEIS.

- › Sendo a Aliança 3AO um fórum essencial para a estruturação e o reforço dos actores da agro-ecologia a nível regional, é desejável que os financiamentos regionais sejam sustentáveis, para além de uma estratégia de procura de financiamentos suplementares. Parece oportuno que o apoio da CEDEAO contribua para estreitar os laços com a rede Wafronet e a colaboração com a rede RESCAR-AOC.



CRIAR INICIATIVAS DE PARTILHA DE EXPERIÊNCIAS ENTRE PAÍSES.

- › Poderiam ser previstas acções conjuntas entre a CEDEAO e a Aliança 3AO, nomeadamente em termos de partilha de experiências entre os diferentes quadros nacionais de concertação, tanto no que diz respeito às políticas públicas a favor da agro-ecologia como ao funcionamento dos próprios CCN.



Para uma análise mais aprofundada do assunto, ver o *relatório temático “Quadros de consulta multi-stakeholder para a inclusão da agroecologia nas políticas públicas”* no estudo transversal de capitalização do PAE, e os três policy briefs produzidos no âmbito do programa Fair Sahel: “A institucionalização da agroecologia no Burkina Faso: trajetória e desafios”, “A integração da agroecologia nas políticas públicas no Senegal” e “A fragilidade das políticas públicas de apoio à agroecologia no Mali”.



CONTACTOS

- @ araa@araa.org
- https://www.araa.org
- https://ecowap.ecowas.int
- @araaraaf / @ecowas.agriculture
- @ARAA_CEDEAO / @ecowas_agric

PARCEIROS FINANCEIROS



Plus de 4000 documents référencés grâce au moteur de recherche BOWI

PARCEIROS TÉCNICOS



Esta publicação foi realizada com o apoio financeiro da União Europeia e da Agence française de développement. Os conteúdos são da responsabilidade exclusiva da CEDEAO e não refletem, necessariamente, as opiniões da União Europeia e da Agence française de développement.

176
Acteurs

145
Projets

19
Documents

11
Vidéos

Rechercher



UN RÉSEAU INTERACTIF

3AOHUB innove en proposant un réseau interactif des acteurs, projets et ressources.

PROJETS

Près de 500 acteurs et 350 projets pour favoriser les collaborations entre pays du sud

3AOHUB RASSEMBLE